

LIBERALIZAÇÃO DAS AUTOCRACIAS E PROCESSOS DE TRANSIÇÃO NO NORTE DA ÁFRICA: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

Amarílio de Teixeira Carvalho Neto

RESUMO

Este trabalho busca explicar os diferentes níveis de violência nos processos de transição ocorridos durante a chamada Primavera Árabe, com base em um estudo de caso comparativo entre Líbia, Tunísia e Egito. Os dados utilizados são dos índices do Polity IV. Constata-se que a Líbia teve um processo de queda da autocracia mais violento em relação aos seus vizinhos pela inflexibilidade de seu governo em promover reformas liberalizantes, ao contrário de Tunísia e Egito, que em maior ou menor escala, fizeram tais reformas.

Palavras-chave: Líbia. Primavera Árabe. Autocracias. Norte da África.

ABSTRACT

This article aims to explain the different levels of violence in the transition processes that occurred during the so-called Arab Spring, based on a comparative case study between Libya, Tunisia and Egypt. The data used are from the Polity IV indices. It appears that the fall of autocra-

cy in Libya was more violent in relation to its neighbors because of the inflexibility of this government to promote reforms, unlike Tunisia and Egypt, where such reforms were promoted to a greater or less extent.

Key words: Libya. Arab Spring. autocracies. North Africa.

INTRODUÇÃO

Ao alvorecer do ano de 2011, protestos tomaram as ruas das principais cidades do Norte da África, resultando na queda de líderes autoritários que se perpetuavam no poder há décadas em três países: Egito, Tunísia e Líbia.

Em dezembro de 2010, na cidade de Túnis, capital da Tunísia, o jovem ambulante Mohamed Bouazizi hasteou fogo em seu próprio corpo, na frente de um prédio do governo, após a polícia confiscar seu carro de frutas e vegetais e posteriormente ter o injuriando. A justificativa era o pedido de uma suposta licença para atuação naquele lugar. Este fato desencadeou inúmeros protestos em seu país, com milhares de pessoas nas ruas, que rapidamente se difundiram e, de formas distintas, modificaram substancialmente a ordem

política vigente, não apenas na Tunísia, mas em quase todos os países do norte da África.

Todavia, apesar de serem vizinhos e terem condições semelhantes (estarem sob governos autoritários e quase simultaneamente terem sofrido com os efeitos da subida do preço da energia e dos alimentos) (JOFFÉ, 2011), estes países têm dinâmicas sociais, políticas e culturais bastante distintas, que fizeram com que os processos de derrocada dos seus líderes também ocorressem de formas diferentes entre si.

Nesse sentido, o artigo indaga: por que algumas transições foram mais violentas que outras? Mais precisamente, por que a transição líbia foi tão mais violenta que as outras, tendo como ponto culminante o assassinato de Muammar al-Gaddafi, líder do país desde 1969? O que diferencia ou quais características sociais e políticas tinha ou têm a Líbia para que o processo desembocasse numa sangrenta guerra civil?

O trabalho tentará responder tais perguntas através de um estudo de caso comparativo entre os três países, tendo como principal hipótese a de que *quanto maior a intransigência dos países em aceitarem aberturas, mesmo que mínimas, em suas autocracias (no sentido de existirem instituições formais e organizadas com potencial de contestação ao governo), maior os níveis de violência dos processos de ruptura*. Além disso, apresentaremos nas conclusões, alguns temas de pesquisa que podem enriquecer ainda mais a discussão em pesquisas futuras.

Não abordaremos, pois, a presença ou ausência de apoio logístico e financeiro de organizações estrangeiras, como a OTAN, nos processos de derrocada dos regimes da região. Embora a literatura traga indícios da importância de analisar este fator, como no caso da utilização dos poderes presidenciais

por Barack Obama em 2011 contra o regime de al-Gaddafi (DAMIN, 2012), provavelmente imbuído de interesses econômicos nos recursos petrolíferos líbios, não temos evidências empíricas suficientes para incluir esta variável. Limitar-nos-emos aqui a analisar as razões politico-institucionais da queda.

RESUMO DA HISTÓRIA POLÍTICA RECENTE E DA LIBERALIZAÇÃO DAS AUTOCRACIAS NO NORTE DA ÁFRICA

Ao estudarmos os casos de Tunísia, Egito e Líbia, percebemos como a presença de políticas de liberalização das autocracias e o tempo histórico no qual a liberalização ocorreu são fatores essenciais na explicação do nível de violência dos três processos de transição política. No primeiro caso, houve uma *liberalização antecipada* da autocracia, isto é, ocorrida ainda na década de 1980, e no segundo caso, processo de transição ocorreu de forma relativamente pacífica. No terceiro, onde não houve nenhum tipo de liberalização, os movimentos contra o governo desembocaram numa guerra civil sem precedentes. E no segundo caso, onde houve uma *liberalização tardia*, acabou sendo gerada uma forte instabilidade política, que se foi e é maior que a tunisiana, por outro lado foi e é bem menor que a da Líbia.

Destaca-se que estas *autocracias liberalizadas* (JOFFÉ, 2011) surgiram muito mais como uma resposta autoritária ao ocidente por parte das elites políticas do Egito e da Tunísia para a manutenção do *status quo*, do que necessariamente como um caminho rumo a uma democracia aos moldes liberais (BRUMBERG, 2002).

Para deixarmos mais claro como o

fenômeno se manifesta, trazemos para a análise o *Índice de Democracia* do projeto *Polity IV*, num período de mais de três décadas¹. Este índice foi utilizado para inferir, descritivamente, se e como a liberalização das autocracias influenciou no grau de violência² das revoltas na chamada Primavera Árabe.

O *Índice de Democracia do Polity IV* é medido pelo *Center for Systemic Peace*, dentro do projeto *Polity*. Tem como grande finalidade medir o grau de democracia em países independentes, numa escala de -10, nível máximo de autoritarismo a 10, que seria uma democracia “perfeita” (POLITY, 2014).

Vale salientar que nossa escolha pela medida de democracia do *Polity IV* decorre do fato de que, mesmo com alguns problemas sistemáticos, é menos enviesado e tem regras de codificação mais claras que as da *Freedom House* (2014), por exemplo, e é mais adequada aos nossos propósitos aqui que a medida submínima de Przeworski et alii (2000) (MAINWARING, BRINKS E PÉRES-LIÑÁN, 2001).

TUNÍSIA

De 1965, ano de sua independência, até 2011, a Tunísia nunca foi governada democraticamente. No entanto, o país tem uma tradição constitucional mais solidifica-

1 Adotamos 1980 como referencial por ser um período temporal adequado para a análise empreendida aqui. Nesse período, todos os países já tinham constituições estabelecidas e mais de uma década de independência.

2 Pelo fato de estarmos estudando países com dados escassos, não temos a dimensão concreta do nível de violência nos processos de derrocada das autocracias. Portanto, através do relatório de 2012 da Human Rights Report, constatamos que a violência no processo da Líbia foi maior que o egípcio, que por sua vez foi maior que o Tunisiano. Para reforçar o que foi dito, a estimativa do número de mortos no Egito e na Tunísia pelas forças de repressão em 2011, segundo o relatório foi de 846 e 211, respectivamente. Da Líbia não há informações, muito embora se constate o maior grau de violência neste país em relação aos outros dois.

da em relação a Egito e Líbia, tendo a primeira constituição formal do continente, elaborada ainda no século XIX (BARBOSA, 2012). Durante o governo do ditador Habib Bourguiba (e após a sua queda, com ascensão do também autoritário Ben Ali, em meados dos anos 1980) permitiu, ainda, uma rápida adequação do país aos ditames do Consenso de Washington, não sendo poucos os elogios de instituições como o Banco Mundial ao modelo econômico da ditadura tunisiana (MARZOUKI, 2011).

No cenário interno, em contraposição à abertura econômica, houve uma discreta abertura aos grupos de oposição, como a UGTT (*Union Générale Tunisienne du Travail*), por exemplo, que mesmo com a intensa vigilância dos dois governos ditatoriais tunisianos, ainda detinham um considerável grau de autonomia em relação à grupos de interesses do Egito, por exemplo. O fato fica claro no gráfico 1, onde se mostra uma gradual elevação no Nível de Democracia nos anos 80 e 90. Neste momento, o governo Ben Ali aprofundara a abertura do país para o comércio internacional, aliado, em nível local, aos setores mais conservadores da sociedade tunisiana. Vendia para o mundo a imagem da Tunísia como uma tecnocracia eficaz e moderna (ANDERSON, 2011).

No entanto, o rompimento de elites políticas com o governo tunisiano, o aumento nos preços dos alimentos, a corrupção generalizada, a insatisfação da população, de movimentos sociais e a repressão policial, todos somados à organização dos grupos de interesse proporcionada pela liberalização antecipada ocorrida ainda nos anos 1980, fizeram com que houvesse, posteriormente, condições necessárias que acabariam por minar o governo de Ben Ali e o breve governo de transição de Mohamed Ghan-

nouchi (do mesmo grupo político de seu antecessor) de forma bem menos traumática que nas experiências egípcia e líbia.

Um detalhe muito importante é que, no caso da Tunísia, o exército não tinha tanta influência no espectro político, justamente por um temor que existia de golpes e afins. O caso do Egito é diferente, pois os setores militares e políticos estavam (e estão) intrinsecamente ligados.

Gráfico 1 - ANEXO 1

EGITO

Desde sua independência, em 1955, até os protestos da praça Tahir, em janeiro de 2011, o Egito jamais havia tido um presidente civil. Todos eles, a começar pelo pan-arabista Gamal Abdel Nasser, passando por Anwar Al Sadat e Hosni Mubarak, são ou eram militares de alta patente. De fato, o exército teve fundamental importância no processo de descolonização do país e sua presença na política egípcia pode explicar muito a questão da liberalização tardia no processo político da região e consequentemente o processo de transição mais confuso e mais belicoso que o tunisiano.

Além do exército, dos movimentos sociais formados essencialmente por jovens “laicos” e da Irmandade Muçulmana, temos a presença maciça dos trabalhadores organizados no processo de transição egípcio, embora negligenciada pela maioria dos teóricos ocidentais que tratam sobre o assunto (GJERGJI, 2014). Não vamos nos aprofundar nos pormenores da relação entre esses grupos organizados, nem da aliança dos militares com a elite econômica egípcia e a sua adequação ao ideário neoliberal que estava a emergir em meados dos anos 1970, que acabou por

coincidir historicamente com uma discreta abertura a grupos organizados no país. Nosso foco aqui é entender como a liberalização egípcia, ocorrida em meados dos anos 2000, portanto tardiamente em relação à tunisiana, repercutiu no movimento que derrubou Hosni Mubarak e influenciou a instabilidade que viria depois, com um maior grau de violência.

Mubarak chegou ao poder no início dos anos 1980, após o assassinato do líder pró-ocidente Anwar Al Sadat. Seu governo ampliou o processo de abertura da economia seguida por seu antecessor e que contrapunha o líder da independência egípcia e primeiro presidente Gamal Abdel Nasser. De forma bem mais tímida que no caso tunisiano (talvez pelo vínculo maior da estrutura do Estado com o regime amplamente influenciado pelos militares), o governo egípcio, sob o controle de Sadat e Mubarak, permitiu a atuação de grupos como a Irmandade Muçulmana, por exemplo. É bem verdade que tal atuação ocorria de forma bastante restrita. O governo de Mubarak não aceitava de bom grado contestação ao regime, nem a organização formal dos grupos. Porém, indiretamente, ao autorizar a atuação dos grupos (mesmo que de forma vigiada), plantou a semente que germinaria na Primavera Árabe (GJERGJI, 2014).

Em 2005, após o descontentamento de parte considerável da classe média egípcia com a corrupção generalizada e o autoritarismo do governo, evidenciados no caso da prisão arbitrária do jurista dissidente Tariq al-Bishri (BLAYDES, 2010), movimentos seculares como o Kefiya (“basta”, em árabe) e setores religiosos, como foi o caso da própria Irmandade Muçulmana, passaram a pressionar mais e mais o governo. Isso se deu especialmente após Mubarak evidenciar que sairia de cena, deixando em

seu lugar o filho, Gamal. A mobilização foi tamanha, que Mubarak, pela primeira vez em mais de vinte anos de governo, não foi candidato único nas eleições egípcias.

As eleições fizeram aumentar de -6 para -3 o nível de democracia no Egito, conforme mostra o gráfico 2, mesmo com as inúmeras suspeitas de fraude e da prisão de Ayman Nour, líder da oposição, após a eleição. O candidato teve, contabilizados, mais de 7% dos votos. Apesar do expressivo resultado a favor de Hosni Mubarak, com quase 90% dos votos, os opositores das mais diversas correntes tiveram a sensação de que poderiam abalar as estruturas do regime e até o fim da primeira década dos anos 2000, greves e protestos passaram a ocorrer no país como nunca tinham acontecido em sua história moderna.

Por fim, em 2011, aliados ao aumento no preço da energia e dos alimentos, o desemprego massivo, o autoritarismo do governo, os movimentos sociais seculares e religiosos e o rompimento de setores majoritários do exército com o governo Mubarak, este, após mais de três décadas, acaba por definhando e cair, mas não sem antes tentar sufocar e reprimir os movimentos inicialmente pacíficos na Praça Tahir.

Vale enfatizar o posicionamento do exército egípcio no processo. Ao passo que percebeu a fragilidade do governo e a insatisfação popular, não tardou em apoiar as manifestações e a tomar a frente do movimento de transição, juntamente com o grupo opositor da Irmandade Muçulmana. A presença do exército somada à liberalização tardia promovida pelo governo egípcio em relação à tunisiana (que ocorreu na década de 1980, enquanto a egípcia ocorreu apenas em 2005 (gráfico 2), fez com que o processo de transição egípcio fosse mais violento que aquele, muito embora bem menos violento

que o líbio, que resultou em uma sangrenta guerra civil, conforme veremos adiante.

Gráfico 2 - ANEXO 2

LÍBIA

Dos três casos analisados no trabalho o líbio é, de longe, o que mais merece ser observado de forma pormenorizada. A Revolução de 1969, liderada por militares dissidentes, fez cair o monarca pró-ocidente Idris I, levou ao poder o jovem coronel Muammar al-Gaddafi e fez com que a Líbia passasse a ter, segundo a constituição de 1973, mecanismos de “democracia direta”, do que seria uma versão árabe do socialismo. Trazia consigo influências do Nasserismo e características próprias que seriam denominadas pelo próprio al-Gaddafi de *Terceira Teoria Universal*.

Após a chamada “Revolução Verde”, o governo líbio levou o país a ter um dos melhores IDHs do continente, (0,760; 64º no mundo segundo o PNUD, 2011), superior ao da Tunísia (0,698; 94º) e ao do Egito (0,644; 113º). Por outro lado jamais permitiu, em seus mais de cinquenta anos de duração, nenhum tipo de liberalização dentro do país. Ademais, seu mecanismo de democracia direta, a Jamahiriya, acabou por servir meramente aos interesses de al-Gaddafi e de sua família, sendo utilizado por menos de 10% da população (OBEIDI, 2001) e mostrando que na prática não tinha real relevância democrática. É possível observar que, de um lado, houve algumas tentativas de um dos filhos de al-Gaddafi, Saif al-Islam, de uma maior flexibilização do regime e da reaproximação de Kadafi com o ocidente (RIBEIRO, 2011), especialmente com a Itália e a França de Sarkozy. Porém, por outro lado, o regime líbio não resistiu a uma oposição

fortemente municuada e oriunda especialmente de Benghazi, leste do país. Assim, sucumbiu meses após o início dos protestos.

Estes, por sinal, iniciaram-se em fevereiro de 2011 e não tardou para que os rebeldes tomassem toda a parte leste do país. Diga-se de passagem, a Líbia tem uma peculiaridade geográfica: grande parte de sua população vive em dois grandes centros urbanos: Trípoli, a capital do país, que fica a Oeste, e Benghazi. Ambas são separadas por uma faixa de aproximadamente 1000 km de deserto, na costa do mediterrâneo. Levando em consideração a configuração geográfica e a divisão do país em 140 tribos, não é difícil entender que, ao passo que os rebeldes tomaram uma cidade importante, arrastaram consigo as tribos vizinhas e rapidamente estabeleceram domínio sobre a metade leste do vasto território líbio.

Além disso, o governo de al-Gaddafi, a despeito da imagem de força e liderança regional que passava para o mundo (como o apoio importante a Mandela e ao seu grupo político contra o *apartheid*, no fim dos anos 1980), internamente mostrava alguns sinais de fraqueza. Um exemplo foi no episódio da contaminação de 413 crianças com o vírus HIV, num hospital de Benghazi, em 1996. Inicialmente, após uma série de protestos que tomaram a cidade, o governo culpou cinco enfermeiras búlgaras e um médico palestino, mas diante das pressões externas resolveu mandá-los para os seus países, ao invés de executá-los, como estava programado inicialmente (JOFFÉ, 2011).

Portanto, fatores econômicos que incidiram também no Egito e na Tunísia, somados às peculiaridades políticas líbias (nesse caso, o insucesso do sistema de democracia direta das *Jamahiriyas*, a questão tribal, a fragmentação do exército entre es-

sas tribos e a total ausência de *liberalização* do sistema político líbio, explicitado pelo gráfico 3), foram fatores essenciais para a derrocada violenta do regime líbio, que causou milhares de mortes e fez com que o país entrasse numa grande guerra civil.

Gráfico 3 - ANEXO 3

Por fim, trazemos no quadro 1 uma síntese do argumento apresentado nesta parte do artigo, onde no caso tunisiano, a *liberalização antecipada* ocorrida nos anos 1980 foi fundamental para a estabilidade do processo de transição. Já no Egito, onde a *liberalização* da autocracia acontecera de forma tardia, o processo de transição acabou por ser mais violento e mais instável. E no caso Líbia, onde não houve, em nenhum momento, indícios claros e evidentes de uma *liberalização*, a queda da autocracia gerou uma guerra civil sem precedentes.

Quadro 1 - ANEXO 4

CONCLUSÕES

Este trabalho contribui para a explicação dos motivos pelos quais a derrocada do regime líbio ocorreu de forma mais violenta que a dos seus vizinhos, resultando em uma longa guerra civil e numa polarização imensa dentro do país, que até a presente data do trabalho, não tem prognóstico de ser sanada.

Sugerimos que a grande razão para tal é a não liberalização do regime, mesmo com as investidas de um dos filhos do coronel Muammar al-Gaddafi, Saif al-Islam, que inclusive seria o sucessor natural do mesmo. O governo líbio não deu nem mesmo um espaço mínimo para a organização e atuação de grupos que poderiam vir a contestar o governo,

fazendo com que todas as causas reprimidas por anos fossem externalizadas de uma só vez.

Ademais, perdeu o apoio das mais de 140 tribos espalhadas pelo território líbio e nas quais ancorava seu poder, que resolveram romper com o governo estabelecido na “Revolução Verde” e apoiar os rebeldes (JOFFÉ, 2011). Portanto, a soma desses dois fatores, (1) a não liberalização e (2) a perda do controle de tribos estratégicas por parte do governo líbio contribuíram para a intensidade da violência do processo de transição naquele país em comparação aos seus vizinhos Tunísia e Egito.

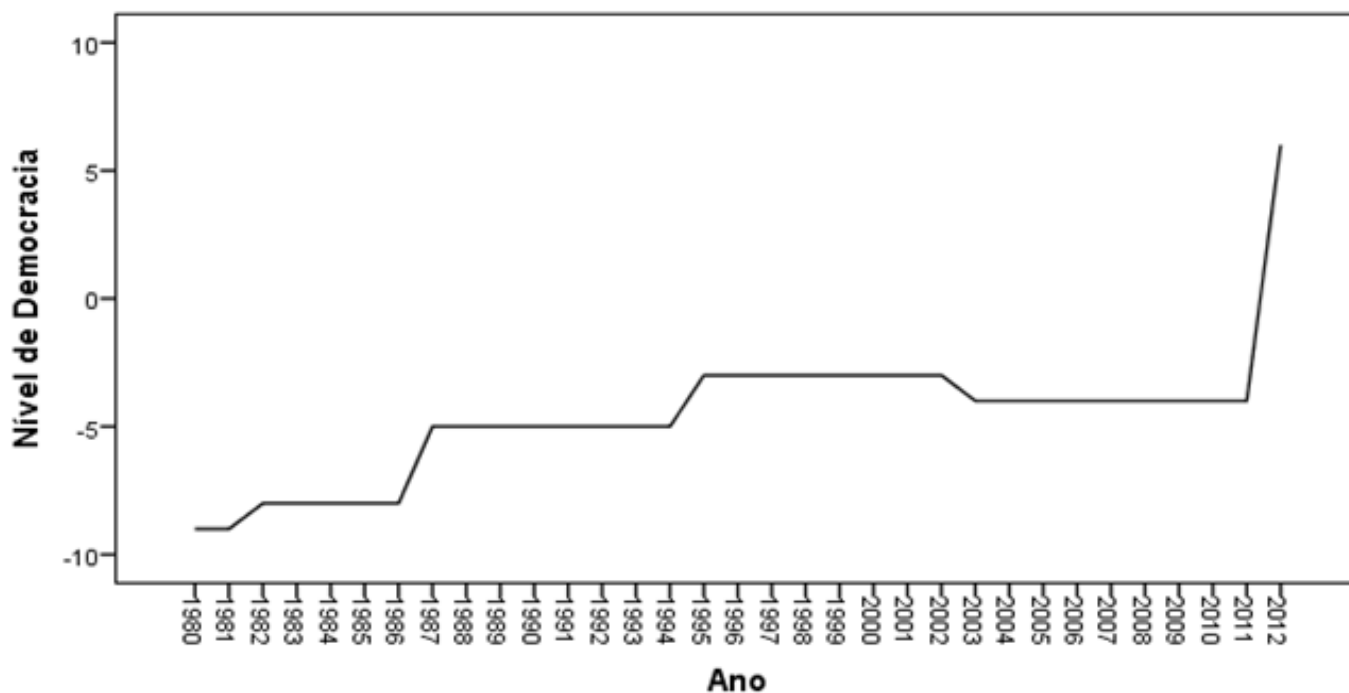
Um importante aspecto também deve ser salientado: a despeito das reformas empreendidas por al-Gaddafi após chegar ao poder em 1969 terem diminuído consideravelmente a influência das tribos (MOKHEFI, 2011), estas enquanto força social, no sentido de representarem um *sensu comum de pensar e agir na Líbia* (VARVELLI, 2013), acabaram por continuar bem vivas. Assim, a perda do apoio delas por parte do governo foi um fator essencial na queda do regime líbio. De fato, a questão tribal na Líbia e sua ligação com a queda do regime merecem ser estudada por pesquisadores futuramente. Também pode ser agenda de pesquisa, a partir deste trabalho, o debate quanto ao papel do governo norte americano no processo, ou mesmo de que forma a OTAN auxiliou para a grande violência gerada na transição (HUMAN RIGHTS WATCH, 2011), ou ainda a relação da crise econômica de 2008 com o enfraquecimento do governo cinquentenário de Muammar al-Gaddafi.

Como se trata de um fato relativamente recente (2011), esperamos que a literatura especializada, especialmente no Brasil, se aprofunde nessas temáticas. A contribuição aqui se dá no sentido de estabelecer uma relação entre a liberalização (ou não) das autocracias,

o tempo no qual esta ocorreu e a maior violência ou estabilidade do processo de transição política nos três países analisados. O intuito é que outras pessoas, nos mais diferentes âmbitos e principalmente na academia, possam se debruçar e aprofundar a temática.

ANEXO 1

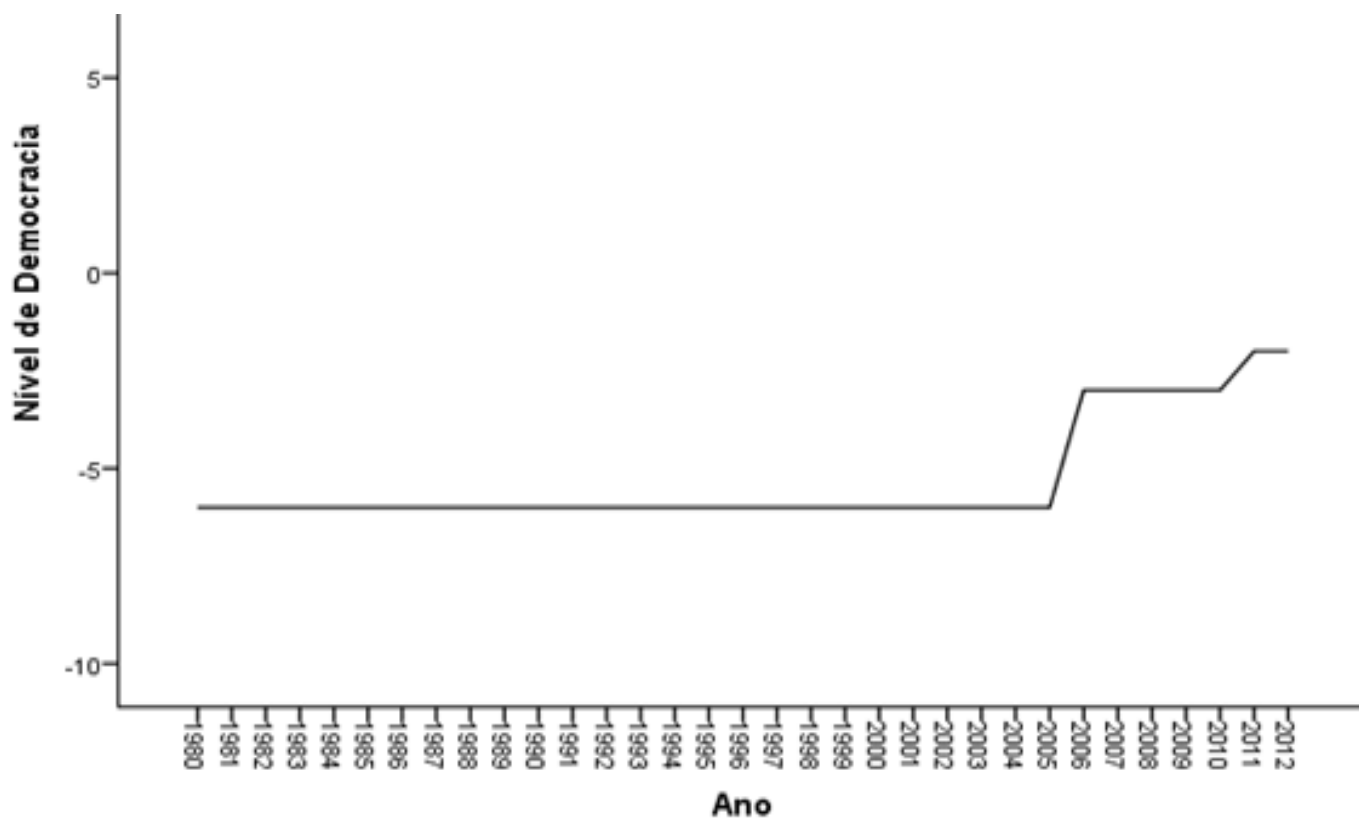
Gráfico 1 – Nível de Democracia na Tunísia (1980-2012)



Fonte: Polity IV

ANEXO 2

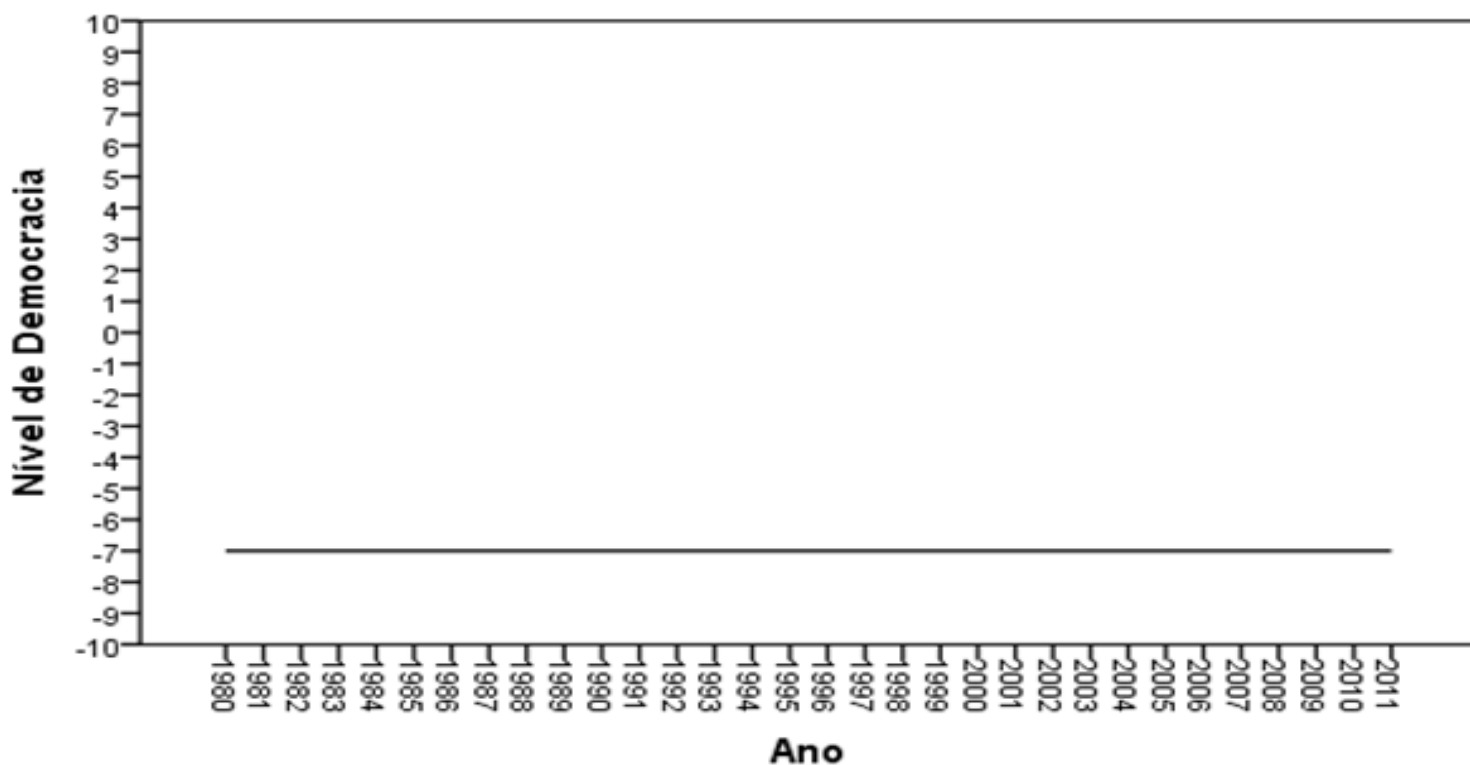
Gráfico 2 – Nível de Democracia no Egito (1980-2012)



Fonte: Polity IV

ANEXO 3

Gráfico 3 – Nível de Democracia na Líbia (1980-2012)



Fonte: Polity IV

ANEXO 4

Quadro 1 – Tipo de Liberalização e Consequências para as Transições Políticas de Tunísia, Egito e Líbia

País	Tipo de <i>Liberalização</i>	Consequências
Tunísia	Antecipada	Processo menos violento
Egito	Tardia	Maior instabilidade
Líbia	Sem <i>Liberalização</i>	Guerra Civil

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Lisa. **Demystifying the Arab Spring**. Foreign Affairs, v. 90, n. 3, p. 2-7, 2011.

BARBOSA, Pedro Gomes. **Primavera no Mundo Árabe**. Lisboa, Instituto Luso-Árabe para a Cooperação, 2011.

BLAYDES, Lisa. **Elections and distributive politics in Mubarak's Egypt**. Cambridge University Press, 2010.

BRUMBERG, Daniel. **The trap of liberalized autocracy**. Journal of democracy, v. 13, n. 4, 2002, p. 56-68.

DAMIN, Cláudio Júnior. **A guerra como instrumento (mecanismo) do poder presidencial nos EUA: o caso da intervenção na Líbia**. Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 133, set.-out. 2012, p. 19-25.

GJERGJI, Iside. **O Egito em tempo de revolução. As lutas dos trabalhadores antes e depois das revoltas de 2011**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 103, p. 81-110, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Mortes não reconhecidas: Morte de civis em campanha aérea da OTAN na Líbia**. Disponível em: < http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/libya0512po_su-mandrecs.pdf >. Acesso em: 21 jun. 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report, 2012**

JOFFÉ, George. **A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro**. Relações Internacionais, Jun. 2011, no. 30,

p.85-116. ISSN 1645-9199.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PEREZ-LINAN, Aníbal. **Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999**. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001

MOKHEFI, Mansouria. **Gaddafi's regime in relation to the Libyan tribes**. Al Jazeera Centre for Studies, v. 20, 2011.

OBEIDI, Amal. **Political culture in Libya**. Psychology Press, 2001.

PNUD. **Ranking do IDH Global 2011**. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011 >. Acesso em: 20 jun. 2015.

POLITY IV. **Polity IV Individual Country Regime Trends, 1946-2013**. Disponível em: < <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> >. Acesso em: 18 jun. 2015.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **Líbia, um caso particular: da guerra civil à guerra internacional pelo controle dos poços de petróleo**. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 134, p. 114-123, 2012.

VARVELLI, Arturo. **The Role of Tribal Dynamics in The Libyan Future**. Analysis.No.172,2013.